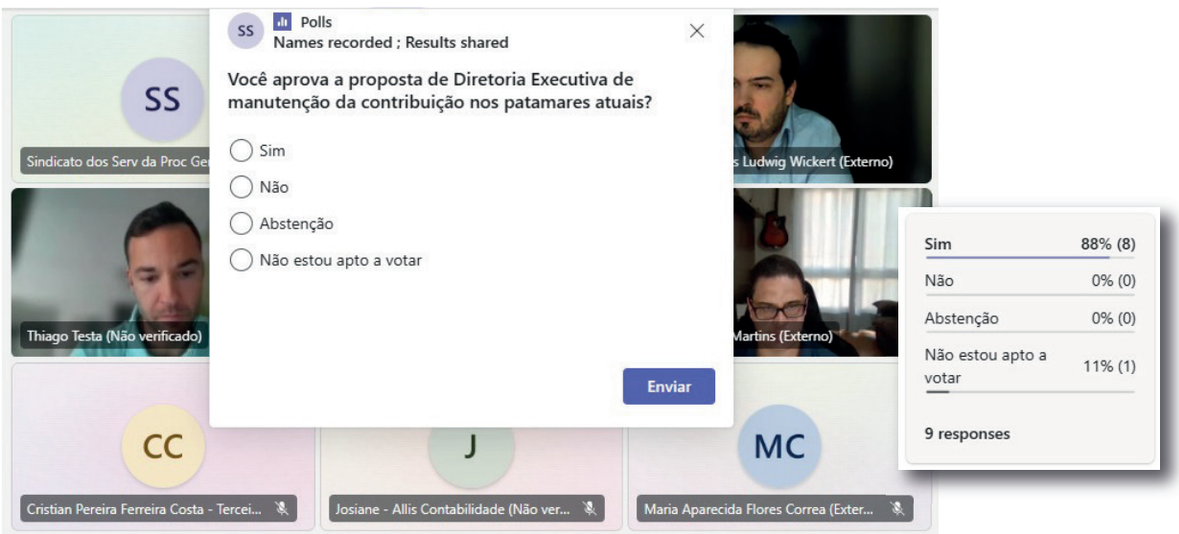
SINDISPGE
Sindicato dos Servidores da Procuradoria-Geral do Estado do RS

/ **BOLETIM INFORMATIVO** / ABRIL DE 2025 /

SINDISPGE TEM CONTAS DE 2024 APROVADAS E NÃO ALTERA VALOR DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

O SINDISPGE promoveu, no dia 14/04, Assembleia Geral Ordinária que teve como Ordem do Dia a Prestação de Contas do Exercício 2024 e a Fixação da Contribuição Social.



O Diretor para Assuntos Administrativos e Financeiros do SINDISPGE, Lucas Wickert, começou o encontro virtual descrevendo cada item dos gastos da entidade no ano passado."Para 2025, estamos fazendo alguns movimentos para contenção de despesas. Reduzimos a equipe de comunicação e optamos pela saída da União Gaúcha", ressaltou Lucas.

O Conselheiro Fiscal Ricardo Giacomelli Bressan realizou a leitura do Parecer dado pelo Conselho, salientando que o grupo analisou todo os itens referentes aos gastos e à receita. "As despesas foram comprovadas com recibos, notas e afins. Também não foi constatada nenhuma ação trabalhista. Todas as informações foram entregues dentro do prazo estipulado". O Conselho indicou a aprovação das contas.

Após, foi pautada a questão do valor da Contribuição Social. A diretoria explicou que iria propor a manutenção dos valores atuais, mas a tendência é de que no futuro seja necessária a majoração da mensalidade. "Não há reajuste no valor da mensalidade desde 2019, e a inflação tem feito pressão nas despesas, já estamos fazendo contingenciamento, no entanto, em algum momento, será necessário elevarmos a mensalidade", explicou o Diretor Financeiro Lucas Wickert.

Os filiados aprovaram de forma unânime as contas referentes ao Exercício de 2024 e a proposta da Diretoria Executiva de manter a contribuição nos patamares atuais.

SINDICATO REALIZA SEGUNDA REUNIÃO ABERTA PARA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA DE **REFORMA ESTATUTÁRIA**

A direção do SINDISPGE promoveu, no dia 10/04, a segunda reunião virtual aberta para apresentar a proposta de reforma no Estatuto do Sindicato aos filiados, dando continuidade ao encontro realizado no dia 26/02. Esta segunda reunião foi realizada em atenção aos pedidos que surgiram durante a primeira, de alguns colegas que alegaram não terem tido tempo suficiente para analisar detalhadamente a proposta.

As principais mudanças da proposta foram expostas pela diretora da RG Soluções Administrativas, Rosiane Guedes Nunes, – a empresa é parceira do SINDISPGE. Rosiane começou explicando que a principal mudança foi a inclusão do filiado afeito. A ideia é ampliar a receita do SINDISPGE. Ela também mencionou as demais alterações:

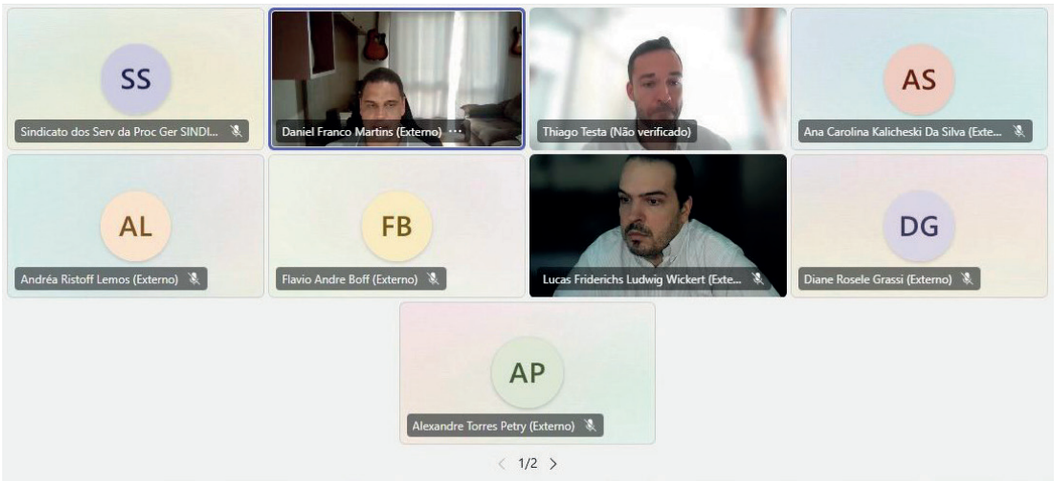
- O prazo para os filiados votarem aumentaria para 180 dias e de ser votado passaria para dois anos;
- Criação do Conselho de Representantes;
- Retirada da Assembleia descentralizada e redução no tempo de espera entre a primeira e a segunda chamada para 15 minutos;
- Alteração do momento da fixação da contribuição para a AGO de dezembro;
- Alteração do mandato para quatro anos a partir da próxima gestão;
- Alteração da nomenclatura dos cargos da Diretoria. Os suplentes passariam a diretores Adjuntos. Por conseguinte, a ampliação da licença sindical aos Adjuntos, recondução e formato das substituições;
- Retirada da cobrança em dobro da mensalidade de dezembro.

Rosiane também comentou sobre pequenas alterações pontuais feitas pela Diretoria em relação à primeira versão da proposta, a partir de algumas sugestões que chegaram por e-mail ao Sindicato no prazo disponibilizado aos filiados para manifestação.

O diretor Thiago Testa falou que o objetivo é modernizar o Estatuto. "Atualizar algumas situações para flexibilizar o Estatuto a ponto de aprimorar a atuação do Sindicato no fortalecimento da Categoria. A ideia passa também pelo importante incremento de receita. Em linhas gerais, a reforma estatutária vai permitir que as futuras gestões tenham melhores condições para a luta política em prol de mais e mais conquistas. Democraticamente, apresentamos a proposta em mais de uma oportunidade e dilatamos o prazo para receber as sugestões dos colegas, a fim de entregar o melhor trabalho em termos técnicos".

O diretor Daniel Franco Martins voltou a sublinhar que a participação dos filiados afeitos vai se restringir a usufruir de benefícios específicos.

O próximo passo para a concretização do novo Estatuto do Sindicato é o agendamento de uma Assembleia Geral para votar a aprovação da proposta, o que deve ocorrer no mês de maio.



SINDISPGE E **ESAE** CRIAM CANAL DE COOPERAÇÃO SOBRE META INSTITUCIONAL DE HORAS DE CAPACITAÇÃO

No dia 08 de abril a direção do SINDISPGE se reuniu com membros da Escola Superior de Advocacia de Estado Professor Almiro do Couto e Silva (ESAE). Na ocasião, os diretores Daniel Franco Martins e Thiago Testa foram recebidos pelo Coordenador da Procuradoria de Informação, Documentação e Aperfeiçoamento (PIDAP) e diretor da ESAE, dr. Ernesto Toniolo; pela Coordenadora da Equipe do Núcleo de Educação a Distância, Silvia Titton; e pelo Chefe de Secretaria da PIDAP, Rodrigo Dutra.

A pauta da reunião foi o indicador institucional de horas de capacitação, definido no objetivo estratégico que visa a promover o desenvolvimento de competências e o aperfeiçoamento profissional na Procuradoria-Geral do Estado. Este indicador institucional, bem como a sua respectiva meta, existe desde o ano de 2014, e consta no Plano Plurianual aprovado pela Assembleia Legislativa para o quadriênio 2024-2027. Ele é aferido anualmente, de forma coletiva e global, somando-se todas as atividades de capacitação de todos os Servidores (em sentido amplo) que estejam lotados na PGE.

Essa meta institucional foi alcançada no exercício 2024, garantindo o indicador com o status de "atingido" ao menos até janeiro de 2026. Segundo os representantes da ESAE, o número de atividades de capacitação que foi realizada nos primeiros meses de 2025 está bem parecido com o do mesmo período de 2024. Desta forma, por ora acredita-se que a meta institucional será novamente alcançada no presente ano, desde que os integrantes da PGE mantenham-se no mesmo ritmo em relação às atividades de capacitação. Mesmo com essa perspectiva positiva, foi ajustado um mecanismo de monitoramento, pelo Sindicato, da evolução deste indicador.

Foi esclarecido que os critérios de aceitação de atividades para fins deste indicador são diferentes dos critérios adotados para fins de promoção na carreira. O critério da meta institucional de capacitação é mais amplo, pois exige apenas que a atividade seja "nas áreas de atuação ou de interesse da Procuradoria-Geral do Estado", e não em "área correlata com as atribuições do cargo", como no caso das promoções.

Em relação à comprovação da realização das atividades, elas ocorrem de duas formas: para os eventos realizados pela ESAE/PGE não há necessidade de entrega dos certificados, a contagem já é automática; já para as atividades realizadas fora do ambiente da PGE, basta seguir a orientação dos e-mails que a ESAE envia anualmente a todos os Servidores solicitando a entrega dos comprovantes. O último e-mail deste tipo foi enviado em 11/09/2024.

Em relação às matrículas nos cursos de graduação e pós-graduação, os Servidores devem apresentar, ao final de cada semestre ou no final do ano, o comprovante indicando a carga horária (créditos) cursada no respectivo período.

SINDISPGE REÚNE-SE COM **PRESIDENTE DA OAB/RS**

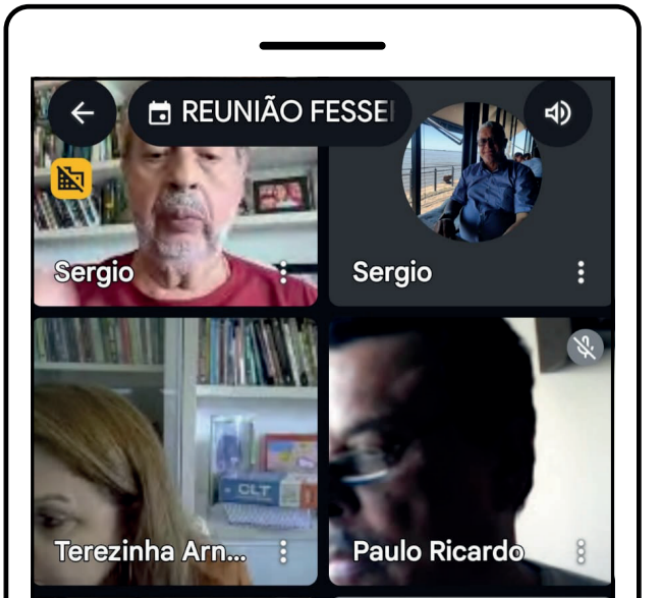
Na tarde do dia 15/04 o presidente da OAB/RS, Leonardo Lamachia, recebeu a visita de uma comitiva do SINDISPGE, integrada pelo presidente Daniel Franco Martins; pelo diretor Lucas Wickert; e pelos advogados do Sindicato, José Japur e Fernanda Vicari.

O primeiro assunto tratado no encontro foi o indeferimento dos pedidos de licenciamento e cancelamento da inscrição na OAB/RS, que haviam sido requeridos por Analistas Jurídicos da PGE que desde a vigência da Lei nº 16.165/2024 não possuem mais a obrigação da inscrição - e consequentemente do pagamento da anuidade - no órgão.

A reunião também serviu para promover uma maior aproximação entre as duas entidades. Neste sentido, foi acertada a realização de um evento de apresentação da OAB/RS e da Caixa de Assistência dos Advogados para os Servidores da PGE, a fim de que estes possam conhecer melhor os serviços e vantagens proporcionados pelo Sistema OAB.

REUNIÃO NA FESSERGS DISCUTE QUESTÃO DOS EXCLUÍDOS

A Fessergs promoveu no dia 10/04 uma reunião virtual de suas entidades filiadas, para buscar soluções para a questão dos excluídos da Reforma Administrativa do Governo do Estado, executada em 2024. A entidade, junto com os Sindicatos filiados, vem realizando diversas ações para pressionar o Governo a definir uma solução para este grupo.

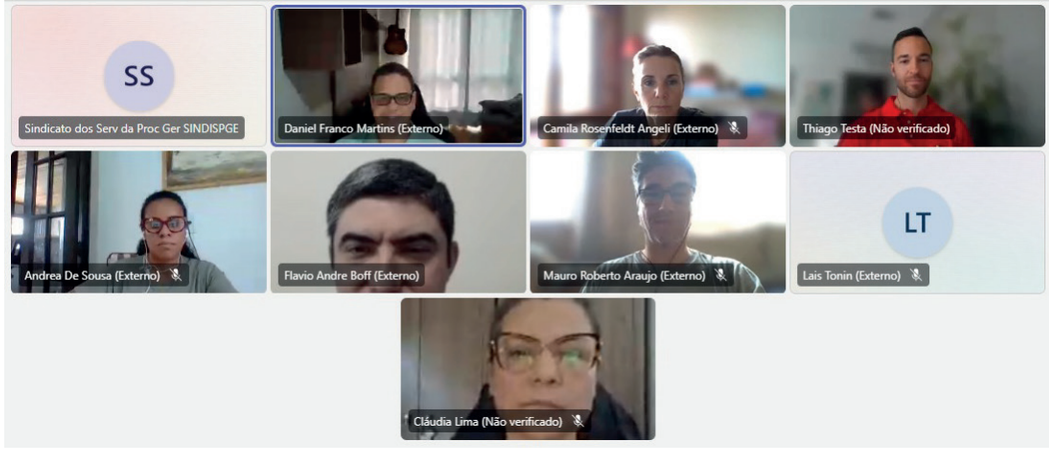


Conforme o presidente da Fessergs, Sérgio Arnoud, foi protocolado na Casa Civil um pedido de audiência, com o intuito de antecipar para o primeiro semestre deste ano as propostas que, em reunião realizada no último dia 04/04, a SPGG informou serem pautas para o segundo semestre. É intenção do movimento também organizar uma ação junto aos parlamentares estaduais. No encontro, também foi abordada a necessidade da revisão geral anual.

O Diretor-Presidente do SINDISPGE, Daniel Franco Martins, se manifestou no encontro. Na visão do dirigente, é preciso olhar com atenção todas as possibilidades: "A revisão geral anual serve em tese para todos, inclusive beneficia quem tem a parcela de irredutibilidade. Isso não exclui a luta por reparações pontuais para os servidores que não foram devidamente contemplados pela reestruturação ocorrida no ano passado".

SINDICATO SE REÚNE COM **TÉCNICOS ADMINISTRATIVOS** E DE **TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO**

No dia 11/04, o SINDISPGE promoveu uma reunião com os Técnicos Administrativos e de Tecnologia da Informação da PGE. O encontro foi realizado a partir de um pedido no grupo de WhatsApp do Sindicato com os integrantes das carreiras de nível médio da PGE.



O presidente do Sindicato, Daniel Franco Martins, abriu a reunião detalhando a agenda da Fessergs com a subsecretária de Gestão de Pessoas da Secretaria de Planejamento, Gestão e Governança, Ana Dal Ben, que ocorreu no dia 4 de abril. Na ocasião, a subsecretária informou que a pauta remuneratória seria trabalhada no segundo semestre, frustrando as expectativas de quem acreditava que algo ainda poderia ser encaminhado à AL neste primeiro semestre de 2025.

"Apesar de haver o reconhecimento de que deve ser buscada uma solução para todas as carreiras que ficaram de fora da Lei 16.165/2024, o foco da SPGG são os Servidores que recebem abaixo do piso mínimo regional, situação na qual não se enquadram os Servidores da PGE", esclarece o presidente do SINDISPGE, Daniel Franco Martins.

O diretor Thiago Testa destacou que a intenção é alinhar a posição do Sindicato com os objetivos dos Técnicos. Na visão dele, são três etapas: a primeira, já cumprida, foi atualizar as atribuições dos profissionais. A segunda, após concluir o regulamento do Novo Plano entre abril e maio, é adaptar o texto legal. A terceira e mais complexa etapa, é buscar o cenário político ideal para avançar com o Projeto de Lei, a fim de efetivamente realizar a transformação do cargo dos Técnicos Administrativos e de Tecnologia da Informação da PGE.

Thiago completou dizendo que a PGE é vista pelo Executivo numa situação privilegiada. Dessa forma, é preciso abrir janelas de oportunidade política para reparar a tabela dos Técnicos.

O Técnico e Diretor Suplente Flávio André Boff sugeriu uma reunião do Sindicato com o Procurador-Geral para ver a ideia dele referente à transformação do cargo conjuntamente com a alteração remuneratória. "Esse encontro é vital para alinharmos com a Casa e depois conversarmos com o Governo".

Ao final, foi encaminhada a decisão de solicitar o agendamento de uma reunião com o Procurador-Geral do Estado.

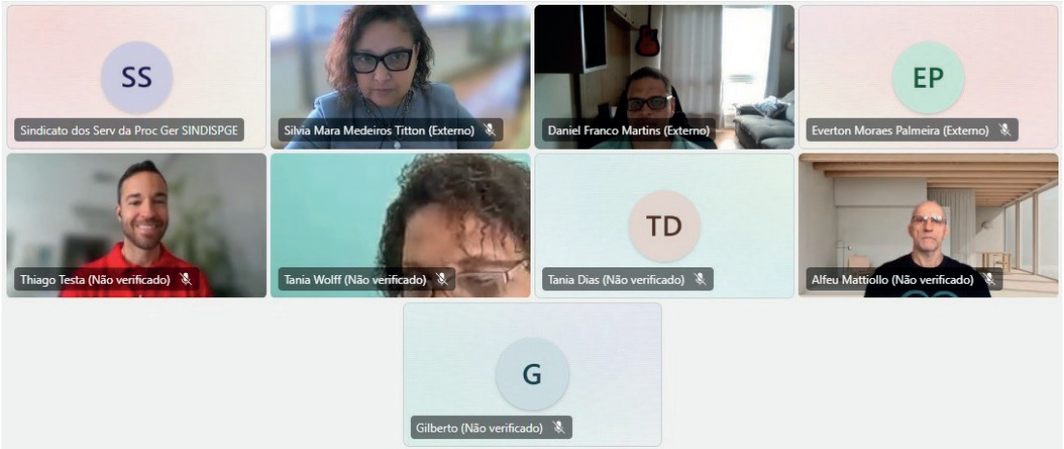
SINDICATO FAZ REUNIÃO COM SERVIDORES DOS **CARGOS EM EXTINÇÃO**

Também no dia 11/04, o SINDISPGE promoveu uma reunião com os Servidores dos Cargos em Extinção. O encontro foi um desdobramento de uma agenda da Fessergs com a Subsecretária de Gestão de Pessoas da Secretaria de Planejamento, Gestão e Governança, Ana Dal Ben, que ocorreu no dia 4 de abril.

Cerca de 50 Servidores da PGE, entre ativos e inativos, são ocupantes de Cargos em Extinção. "Qualquer projeto que inclua os Extintos das demais categorias vai englobar os Servidores da PGE", avalia Daniel Franco Martins.

O diretor Thiago Testa ressalta que o Sindicato está buscando a valorização para quem ficou de fora da reestruturação das carreiras. Daniel Franco Martins acrescenta que o Sindicato trabalha para o aumento ser linear, sem que o sistema de subsídio seja implantado para este grupo de Servidores.

Ao final, o presidente do SINDISPGE informou ainda sobre possível agenda junto ao Poder Legislativo e também quanto à reunião com o Procurador-Geral do Estado, que está agendada para o dia 06 de junho.



SINDISPGE PROMOVE ENCONTRO VIRTUAL COM OS **ANALISTAS JURÍDICOS SETORIAIS**

Ocorreu, no dia 24/04, uma reunião virtual com os Analistas Jurídicos Setoriais do Quadro da PGE. Mais de 130 Servidores participaram do encontro.

O presidente do SINDISPGE, Daniel Franco Martins, iniciou a reunião explicando como funciona o fluxo de informações do Sindicato e a estrutura de apoio aos filiados.

Durante a reunião, foram tratados diversos assuntos de interesse dos Analistas Jurídicos Setoriais, com ênfase na questão envolvendo o regime de trabalho.

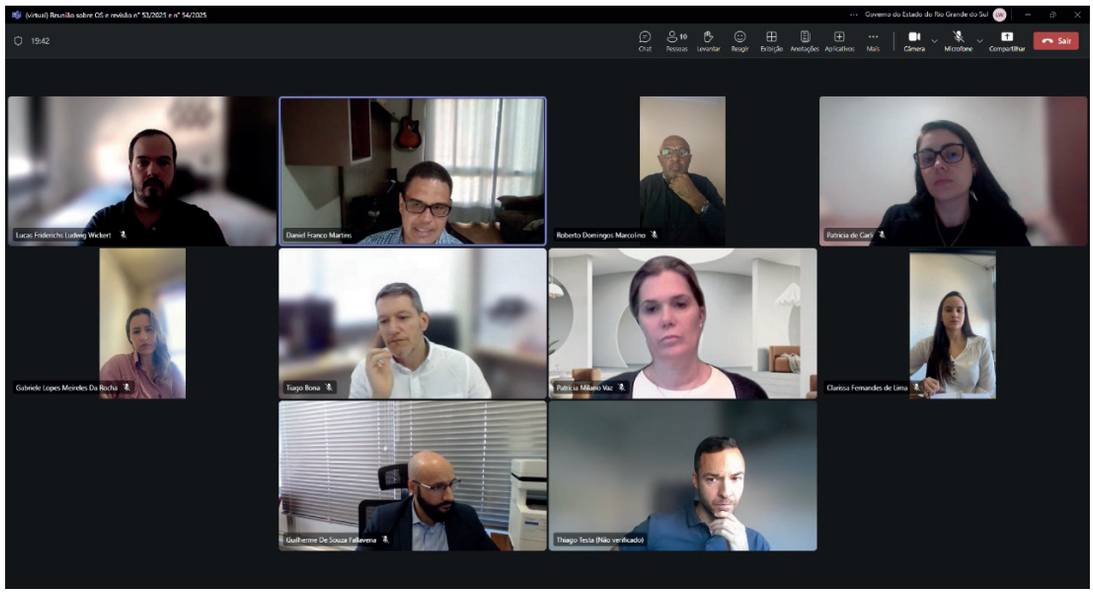
Ao final, o diretor para Assuntos Administrativos e Financeiros, Lucas Friderichs Ludwig Wickert, detalhou quais os valores e benefícios em se filiar ao SINDISPGE. Ele e o diretor Thiago Testa ressaltaram ainda os convênios nas áreas da educação e saúde. Além disso, os dois salientaram a importância da adesão para a solidificação da força dos Servidores da PGE.

SINDISPGE LEVA PLEITOS DOS ANALISTAS JURÍDICOS SETORIAIS À **CGAJAPDI**

No dia 28/04, a direção do SINDISPGE e representantes dos Analistas Jurídicos Setoriais reuniram-se virtualmente com o coordenador da Coordenação-Geral das Assessorias Jurídicas da Administração Pública Direta e Indireta (CGAJAPDI) Guilherme de Souza Fallavena, e seu adjunto, Tiago Bona.

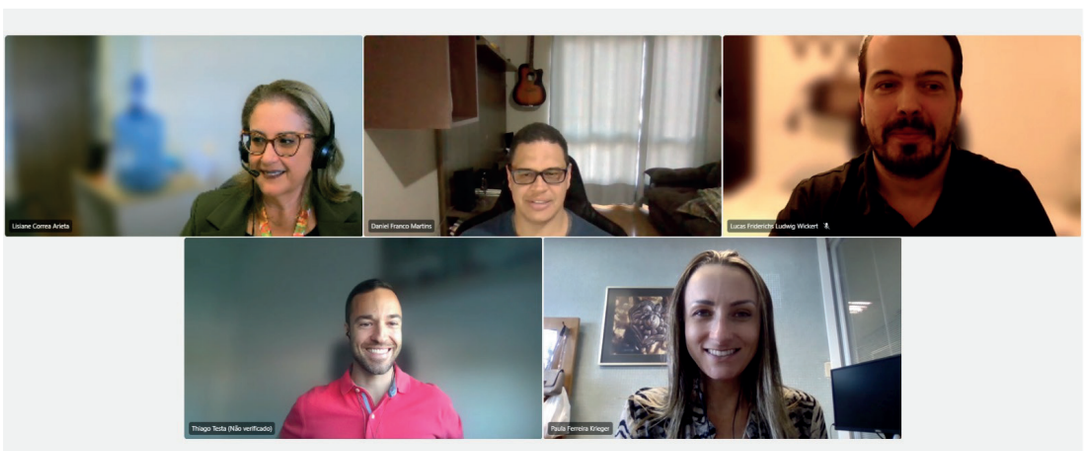
O encontro virtual também contou com a participação de quatro Analistas Jurídicos Setoriais filiados ao Sindicato: Patrícia de Carli, representando os colegas das Coordenadorias Regionais de Saúde; Roberto Marcolino, da Polícia Civil (SSP), Patrícia Milano Vaz, da SPGG; e Gabriele Lopes Meireles da Rocha, que falou em nome dos colegas lotados na Procuradoria Setorial junto à Seduc. Estes colegas haviam se voluntariado para participar desta reunião, durante a reunião do SINDISPGE com os Analistas Jurídicos Setoriais, ocorrido na semana anterior.

A direção da CGAJAPDI anotou os principais tópicos abordados pelo Sindicato, e pretende ponderá-los com o Procurador-Geral, mas salientou que "tudo é muito novo, e as coisas não acontecem de uma hora para outra". Guilherme Fallavena finalizou o encontro afirmando que eles querem um ambiente de trabalho feliz, e que está disposto a fazer o possível para que isso se concretize.



REGISTROS

- A Reunião Ordinária do SINDISPGE com a Procuradora-Geral Adjunta para Assuntos Administrativos, Paula Ferreira Krieger, ocorreu no dia 29/04, de forma virtual, e contou com a participação dos diretores titulares Daniel Franco Martins, Lucas Wickert e Thiago Testa.



- No dia 25/04 o presidente do SINDISPGE, Daniel Franco Martins, prestigiou o evento de aniversário de 80 anos do CPERS Sindicato. Na foto, acompanhado da presidente do CPERS, Rosane Zan, e da diretora Sandra Silveira.